



CONSELHO DE ARBITRAGEM

CIRCULAR DE INFORMAÇÃO Nº 4 - 2015

Assunto: **RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES SOBRE A CONDUTA DA ARBITRAGEM PARA 2016**

Com o empenho e a competência de todos os envolvidos na organização e direcção de provas oficiais, agora que está praticamente concluído o ano, o Conselho de Arbitragem (CA) faz um balanço positivo da arbitragem em 2015.

Porém, identificados pontualmente alguns lapsos e comportamentos a corrigir, vem o CA, por este meio, apresentar as seguintes recomendações:

1 - Sempre que sejam nomeados para uma prova, os DT devem imprimir e fazer-se acompanhar do respectivo regulamento, de forma a dar resposta às questões postas na hora e no local pelos jogadores. Infelizmente não foi esse o procedimento em diversas situações, o que teria facilitado a resposta dos DT.

2 - Quando chamados a uma mesa, os DT devem fazer-se acompanhar do CIB e decidir com base no mesmo, indicando expressamente qual a lei que se aplica no caso. O que se verificou, muitas vezes em 2015, foi a aplicação da chamada “Lei do Bom Senso” ou a regulação sem suporte e consulta do CIB, o que originou erros grosseiros, por lapso de memória ou julgamento.

3 – Recomenda-se vivamente a leitura/estudo do artigo publicado pelo Rui Marques no Boletim Nº 15 da FPB, sobre Recursos e Comissões de Recurso (CR). Foram detectados, ao longo dos últimos anos, inúmeros erros graves em relação aos recursos, não só do ponto de vista formal, como por exemplo impressos pessimamente preenchidos, ininteligíveis, com falta de assinaturas e ainda procedimentos incorrectos ou lacunas, como por exemplo não ser o DT a preencher o recurso, na parte que lhe compete, a não assinalar a lei ou as leis aplicadas na decisão, não acompanhar o processo até ao final, por exemplo não dando conhecimento aos interessados da decisão final da CR, ou aceitando recursos de jogadores não autorizados para os apresentarem.

4 – Aceita-se e compreende-se que as organizações particulares e os respectivos DT apliquem, nos ajustes de resultados e neste tipo de provas, uma prática de defesa dos jogadores menos experientes. Já no que respeita às provas oficiais, regionais e nacionais, recomenda-se uma aplicação da Lei mais restrita e objectiva. O CA solicitou ao Rui Marques a elaboração um texto teórico sobre este assunto, que será publicado brevemente no Boletim da FPB e que possa fazer doutrina sobre esta matéria.

5 – Recebemos da Exa. Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPB a informação de que, no decorrer da Assembleia Geral de 29 de Novembro, alguns delegados solicitaram que fosse dado conhecimento ao CA, a atitude passiva de alguns DT, face ao mau comportamento em provas oficiais de alguns jogadores, ultrapassando largamente a "normal" azia por algum lapso, utilizando linguagem imprópria e comportamentos lesivos da dignidade de parceiros e adversários.

No caso em apreço, recomenda-se a aplicação das normas em vigor, com as respectivas penalizações ou, se o considerarem necessário, a exclusão da prova e a respectiva participação disciplinar, feita de forma autónoma ou incluída no relatório final da prova.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2015

O Conselho de Arbitragem da FPB

